

A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá¹

Cássio Alexandre da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais,
Brasil

e-mail: cassioas27@gmail.com

Resumo

No “movimento” empírico com a teoria, investigamos a categoria território e abarcamos duas questões. A primeira, é a multidimensionalidade do território e a segunda, são as relações existentes entre o território e a comunidade em sua “luta e resistência” constante de ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço temporal. O objetivo geral é compreender analiticamente o território Xakriabá a partir das suas multidimensionalidades. A metodologia é constituída de trabalhos de campo como pesquisador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestruturadas; comparações documentais; cartografias de territórios e a análise de discurso. Concluimos que o reconhecimento do território ancestral se constitui no regaste das representações culturais, nas relações dos saberes e fazeres junto às multiterritorialidades e o contínuo da Ação Territorial etnogeograficamente.

Palavras-chave: Território; Xakriabá; multidimensões; ação territorial.

The Nature of a Northern territory of Minas Gerais-Brazil sertão's: the Territorial movement of Xakriabá

Abstract

In the empirical “movement” with the teory, we looked and ranked territory in two questions. The first one are the multidimensional part of the territory, and the second are the existent terms between territory and the society itself with your constantly “fight and resistance” to extend up to São Francisco river, inside the space-time dimension. The main reason is to analytically understand the Xakriabá territory within its multidimensionalities. The method itself were made of fieldwork as participative researcher; photographic records; semi-structured interviews; documentary comparison; territory cartography and the speech analysis. We conclude that the ancestral territory acknowledgement are based on the cultural representations rescued, the know-how relations joining the multiterritoriality and the continuity of “Territorial” movement etnogeographically speaking.

Keywords: Territory; Xakriabá; multidimensions; territorial movement.

La naturaleza de un territorio en el sertón del norte de Minas Generales: la acción territorial de los Xakriabá

Resumen

¹O texto refere-se a uma síntese da tese de doutoramento defendida em 09/05/2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Geografia-IG da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, com bolsa da FAPEMIG. A síntese aborda elementos textuais copilados do original, assim como novas análises sobre o território.

En el "movimiento" empírico con la teoría, investigamos la categoría territorial y abarcamos dos cuestiones. La primera, es la multidimensionalidad del territorio y la segunda, son las relaciones existentes entre el territorio y la comunidad en su "lucha y resistencia" constante de ampliación hasta el Río San Francisco, dentro de la dimensión espacio temporal. El objetivo general es comprender analíticamente el territorio Xakriabá a partir de sus multidimensionalidades. La metodología está constituida de trabajos de campo como investigador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestructuradas; comparaciones documentales; las cartografías de territorios y el análisis de discurso. Concluimos que el reconocimiento del territorio ancestral se constituye en el riego de las representaciones culturales, en las relaciones de los saberes y hacer junto a las multiterritorialidades y el continuo de la Acción Territorial etnogeográficamente.

Palabras clave: Territorio; Xakriabá; multidimensiones; acción territorial.

Introdução

No processo de “movimento” entre o empírico e a teoria, a proposta é estudar e investigar os elementos da natureza de um território dos Xakriabá (norte de Minas Gerais). Duas questões são fundamentais para essa investigação: a primeira, abrange o estudo multidimensional do território; e a segunda, as relações existentes entre o território e a comunidade na “luta e resistência” constante pela sua ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço-temporal. A comunidade étnica indígena Xakriabá são os sujeitos da construção desse território:

A própria definição de que é, ou não Xakriabá, passa, também pela declamativa, constantemente ouvida por nós em campo: “ele nasceu, se criou aqui, na nossa terra”. É a capacidade de reconhecer no espaço fatos e locais vinculados à tradição de um povo que constitui o principal pré-requisito para o reconhecimento de alguém como membro daquela comunidade (PARAISO, 1987, p.14).

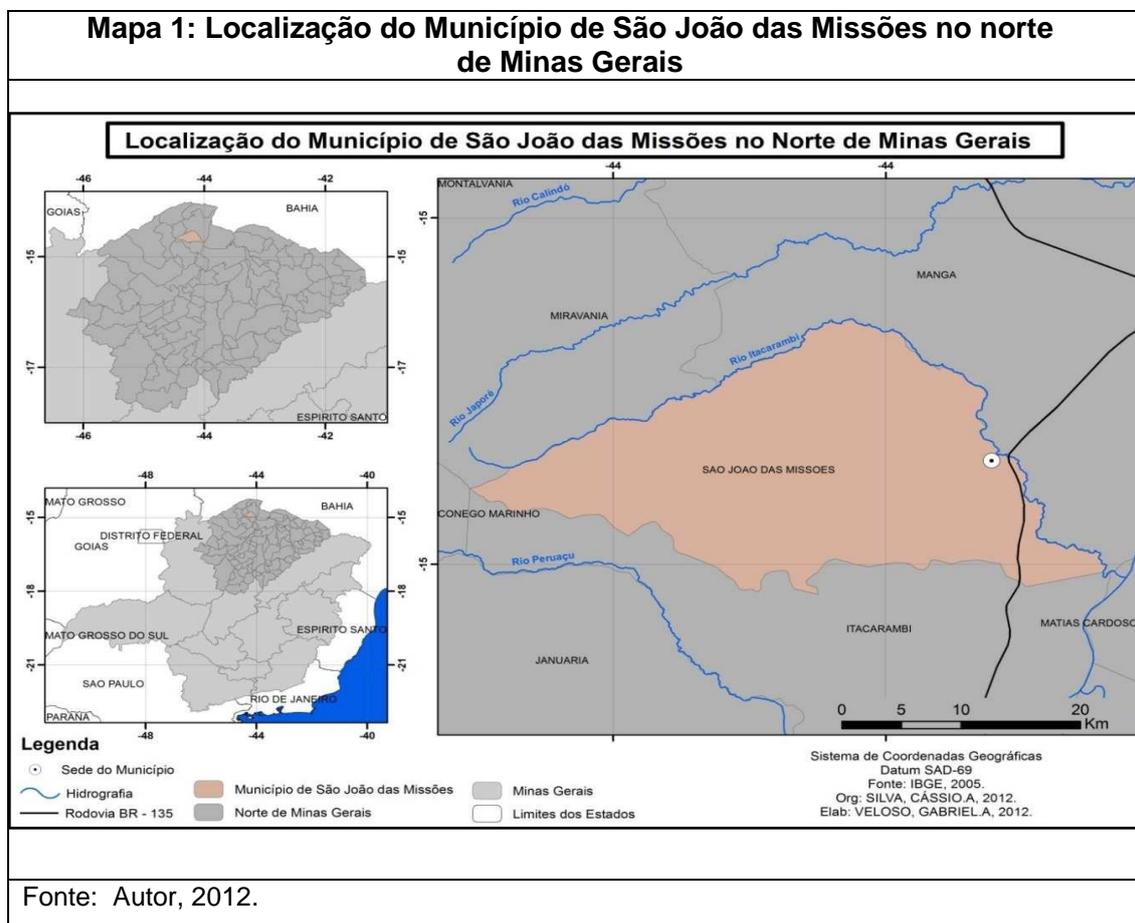
Atualmente, os Xakriabá vivem no município de São João das Missões, localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, entre os biomas do Cerrado e da Caatinga, e que vêm nos últimos cento e cinquenta anos “lutando” pelo reconhecimento da sua terra. Conforme o Censo do IBGE (2010), a população do município é de 11.715 habitantes². Missões, como também é conhecido o município, aparece em quinto lugar na tabela - *Municípios brasileiros com as maiores proporções da população indígena, por situação do domicílio - Brasil - 2010*, com 67,7%.³ Esse

²Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

³Tabela 9 – Municípios brasileiros com as maiores proporções da população indígena, por situação do domicílio – Brasil – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, p. 17. É importante destacar como grau comparativo que o primeiro município é o de Uiramutã no Estado de Roraima com 88,1%, p. 17. In: Instituto

gado faz dos povos indígenas Xakriabá a maior etnia do estado de Minas Gerais.

O mapa a seguir representa a localização do município onde vivem os índios Xakriabá, em relação à macrorregião e ao estado mineiro.



Em 1728, Silva Reis Januário Cardoso de Almeida Brandão, então administrador dos Índios da Missão de São João do Riacho do Itacaramby, fez doação de grande porção de terras aos índios Xakriabá. Essas terras foram registradas em 1856 no cartório de Ouro Preto⁴, seis anos após o estabelecimento da “Lei de Terra” de 1850.

Sucessivos conflitos se instalam entre os indígenas, posseiros e grileiros que reivindicam, com seus motivos próprios, porções de terras. Por volta de 1882, índios saindo de São João das Missões foram ao governo reclamar invasões de tentativas de

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

⁴Conforme RIBEIRO (2005) foi registrado o documento intitulado “*Certidão verbum-adverbum*”, o mesmo de doação que seria novamente registrado no Cartório de Itacarambi em 05 de junho de 1969. In: RICARDO Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão**: o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ocupação da área. Nas décadas de 1960 e 1970, os índios buscaram soluções para os conflitos a partir da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), que se estabelece em 1973 em um posto no território indígena. Ainda nessas décadas, a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) teve acesso às terras, período de conflitos, que se acentuou com a grilagem.

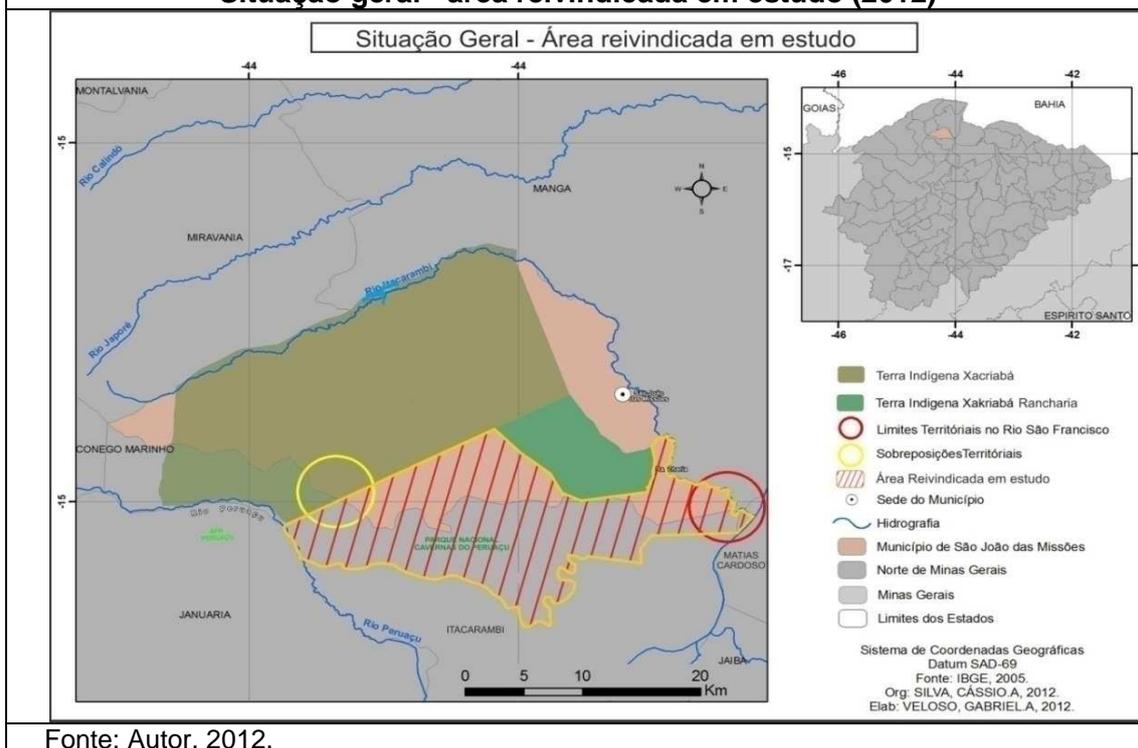
A demarcação das terras só ocorreu em 1978, e a homologação nove anos depois (1987). Com esse quadro de ocupação da terra, não surpreende o fato de que, ao longo dos anos de 1980, o conflito tenha se acirrado com o conseqüente aumento dos níveis de tensão e violência (ameaças, repressões policiais, contratações de pistoleiros, cercamento de estradas, desmatamentos, assassinatos, tentativas de assassinato etc.). A principal reivindicação de terras desse povo é o retorno ao rio São Francisco, às terras tradicionalmente ocupadas⁵.

No segundo mapa, a Terra Indígena Xakriabá-T.I.X é representada sua localização com os seus principais conflitos, abarcando a relação com o rio São Francisco, as sobreposições, as Unidades de Conservação-UC e a reivindicação de territórios ancestrais em processos de retomadas, assim como o de reconhecimento via o Relatório Circunstanciado⁶.

⁵As terras tradicionalmente ocupadas estão garantidas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

⁶O Relatório Circunstanciado não havia sido publicado pelo Grupo Técnico-GT, formado pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI. O Relatório somente foi publicado no Diário Oficial da União-nº192-em 06 de outubro de 2014-p.30. O mapa foi produzido em 2012, com base em informações obtidas em relatos de Audiências Públicas, assim as dimensões da terra reivindicada são aproximadas.

Mapa 2: Localização da Terra Indígena Xakriabá no norte de Minas Gerais - Situação geral - área reivindicada em estudo (2012)⁷



A tensão social faz desse povo um grupo humano específico, que tem o Toré⁸ como representação dessa identidade e etnicidade vinculadas às condições territoriais e suas territorialidades. É nas territorialidades que desenvolvem atividades que transformam o seu espaço em um lugar próprio da identidade, articulada com a construção do desenvolvimento social.

O espaço sertanejo que esse povo demanda se (re)constrói a partir do seu modo de vida. As inúmeras dificuldades existentes geram tensões da própria comunidade e criam situações de luta pela posse da terra. Segundo Paraiso (1987, p.14), “A terra é o elemento mais forte, em torno do qual se define e se articula o estatuto de ser de um povo”. Essa é a terra com o qual se identificam, que têm História e que ocupam tradicional e ancestralmente.

O processo histórico de lutas e reivindicações começa a ser consolidado de

⁷Título adaptado, diferentemente do original na tese (2014).

⁸Toré: Dança entre os índios, tendo momento de participação somente dos líderes, sendo parte da ancestralidade e cosmovisão Xakriabá. Para o mundo exterior é a construção da reelaboração cultural, a identidade, a afirmação desse povo. Também é retratado como um ritual, assim como em Orlandi (2008, p.222): “Quanto à relação entre as identidades e as diferenças, esta é regulada essencialmente no ritual. Trata-se de separação vivos/ mortos e da relação humanos/ancestrais, expressas no ‘turé’, ritual cosmogônico, e da relação humanos/espíritos, expresso no ‘maraká’, ritual xamanístico”. ORLANDI. Eni Puccinelli. Terra à Vista-Discurso do Confronto: Velho e novo mundo. 2ª. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p.222.

maneira contínua⁹ com esse cenário nas territorialidades. O território é uma permanente construção dos espaços de vivências entre os elementos físicos e espirituais, que sem o seu complemento não constitui as relações e ações das multidimensões culturais, ambientais e políticas, caracterizando a Ação Territorial. Essa Ação é a constituição histórica sobre o espaço que aborda aspectos próprios da construção do território, como resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas entre o Estado, as populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de uso. Essas outras formas de uso podem refletir diretamente as ações locais por um determinado número populacional, que se articula sobre o “seu território”, enquanto espaço de vivência e gênero de vida, com destaque para a análise do discurso e as estratégias do mesmo.

A construção dessa condição teórica da Ação Territorial é constituída nas multidimensões e territorialidades que acontecem tanto “dentro” quanto “fora” do território usado.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia é constituída de trabalho de campo com o pesquisador participante. O *campo* na Terra Indígena Xakriabá constituiu-se de várias atividades com a comunidade, participação de reuniões de conselhos, associações, cursos e eventos locais. O *campo* exterior à Terra Indígena aconteceu em cursos, palestras e eventos que envolviam os indígenas diretamente, como no exemplo de participação de Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte, audiências no Ministério Público Federal em Montes Claros e outras em São João das Missões (ambas em Minas Gerais), assim como em eventos realizados pela FUNAI (eventos locais, regionais e nacionais).

Os registros fotográficos dessas atividades públicas foram importantes para identificar as ações coletivas em prol da luta e resistência. As entrevistas

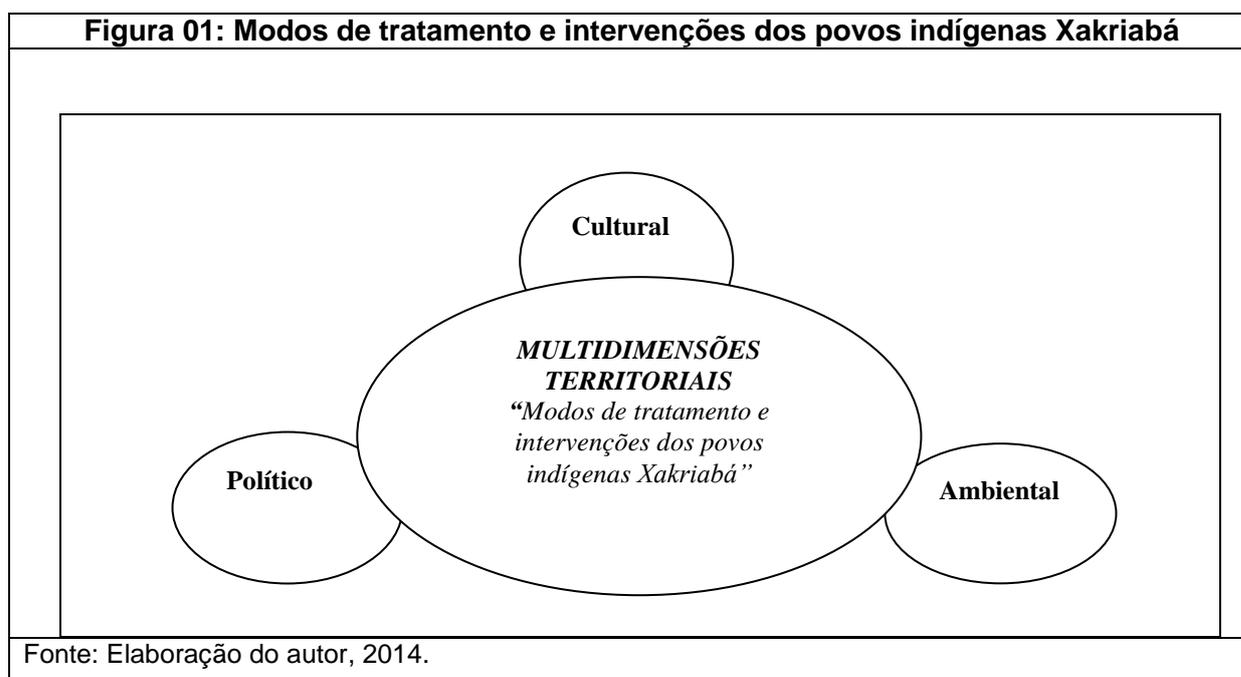
⁹“Enquanto “*continuum*” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc”. (HAESBAERT, 2007, p. 22) In: Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acesso em: dez. 2013

semiestruturadas estiveram associadas às ações de trabalho de campo. A diversidade de documentos históricos e atuais puderam revelar muitos dos elementos determinantes para a constituição do processo e das multidimensões do território. Em arquivos públicos e institucionais o “garimpar” foi uma ação permanente no estudo, onde as comparações foram fundamentais. As diferentes cartografias de territórios históricos redimensionaram as representações espaciais e os movimentos produzidos; mais de cem anos de dinâmicas envolvendo o rio São Francisco e as terras que interiorizam a partir de suas margens. E a partir da análise de discurso se propôs compreender de maneira mais aprofundada e interpretativa as dinâmicas orais e falas registradas em *campo*.

Esse conjunto de ações de procedimentos metodológicos, constituem em sua diversidade a importância da compreensão e dinâmica tratada no processo das multidimensões estabelecidas na espacialidade no sertão dos gerais e de suas diversas populações, em destaque o povo Xakriabá.

Desenvolvimento

A base do território consiste nas Multidimensões Territoriais - Modos de Tratamento e Intervenções dos Povos: Cultural; Político e Ambiental, conforme Silva (2014) (tripé representado na figura 01).



Os modos e as intervenções que configuram as Multidimensões Territoriais

apresentam-se com os vários saberes e fazeres ancestrais. Para Almeida (2008, p. 58), “O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”. É essa Cultura que incorpora as territorialidades nas dimensões materiais e imateriais.

Na constituição do território, ao passar por várias ações em suas multidimensões, aconteceram movimentos contínuos no que tange às desterritorializações e reterritorializações. Reconhecer essa consciência coletiva sobre o território é poder dominar seus lugares; modificar suas paisagens ao critério das necessidades; conviver com os mistérios naturais; acessar os recursos disponíveis; preservar e conservar esses recursos. O índio é agente desse processo de consciência. (SILVA, 2014, p.174)

As territorialidades impressas ao gênero de vida são concebidas pelos vários tipos de enfrentamentos que os indígenas perpassam. “São as territorialidades, em suas próprias relações, que dinamizam as funções sociais; as normas do grupo; o movimento das ações individuais e coletivas, bem como as respostas ao mundo fora das aldeias. Essa dinâmica reconstitui as multidimensões do território”. (SILVA, 2014, p.173). O quadro 01 revela de maneira sintética alguns tratamentos e intervenções do povo Xakriabá, que resultam nas multidimensões e assim configurarem a contínua Ação Territorial.

Quadro 01: Multidimensões Territoriais - Modos de Tratamento e Intervenções dos Povos Indígenas Xakriabá: Cultural, Político e Ambiental		
CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL
.a identidade, significados e significantes ancestrais;	. o diálogo e o discurso sobre a análise política do território;	.convivência com a seca e formação de tecnologias sociais
.valorização, conservação e preservação da memória cultural e ambiental;	.participação frente às instituições: FUNAI, CIMI, universidades e ONG's;	. construção de barraguinhas;
.preservação dos bens materiais;	.construção da política partidária;	. cultivo de viveiros de mudas;
.manutenção dos ritos e mitos na cosmovisão indígena	.capacitações fora da Terra Indígena, reconhecendo realidades;	.brigadas de incêndios para o controle e capacitação;
.expressões na pintura corporal;	. ações de retomadas territoriais;	. cultivo de plantas medicinais;
.resgate lingüístico;	.audiências públicas ;	. capacitação de extrativismo;
.relação da cultura com o território;	.participação no PNGATI;	.participação de conselhos ambientalistas;

Fonte: Elaboração do autor, 2018

Os atos que vinculam os sujeitos/atores à terra estabelecem multidimensões do território que são próprios de um grupo social em seu espaço de vivência. Na recusa de ações do Estado em homologar a terra indígena, amplia-se as resistências e os desejos em constituir-se os territórios. Essa constatação de desejo relaciona-se com a Ação Territorial; tal ação se apropria dos discursos e atribui a sua análise transformando as argumentações em práticas sociais relevantes para as lutas e resistências.

Para traduzir as multidimensões como elemento fundante da Ação Territorial, é importante destacar os principais pontos que foram explorados nas análises, e que são parte da constituição de novas estratégias no cotidiano dos discursos da territorialidade Xakriabá. Considerando o objeto em estudo, a prioridade é sintetizar esses elementos sobre o “olhar de dentro” (dos povos), que são:

- a) produtos de relações históricas;
- b) as identidades;
- c) produto e condição do processo de TDR;
- d) resultado da coevolução socionatural;

- e) construção espaço-tempo;
- f) lugar e rede de lugares;
- g) relações políticas;
- h) reconhecimento dos direitos.

Os produtos de relações históricas, tanto material quanto imaterial, estão contemplados na “essência” da luta indígena. Não há negação sobre os fatos ocorridos no passado e sua relação com as demandas do presente. As práticas e experiências se acumularam e em cada referência de luta se agregam valores históricos aos momentos atuais. O vínculo com o território ocupado tradicionalmente é o principal elemento desse processo. Reconhecer esse território e transformá-lo em terra indígena foi uma proposta aproximada do Estado em busca de minimizar os “erros históricos” com as etnias.

As identidades se constituem uma “força” comum na personificação do indígena. Os parentes se reconhecem em todo o território nacional na luta e organização comum. O processo de etnicidade se revela no outro e assim se “fazem” atores, em que a identidade é vista como marco físico e cultural, além de terem favorecido as suas próprias reivindicações. A “transformação identitária” de algumas etnias apresenta pontos positivos e negativos diante do mundo moderno que vivenciamos. Dentro desse contexto, a concepção de etnogênese¹⁰ vale por demais nas conquistas de resistência e luta.

O produto e condição do processo de TDR é, também, na análise do “olhar do de dentro”, reflexo das políticas e estratégias do não índio. Na territorialização os índios estão sempre levando em consideração a sua ancestralidade, mas, no processo de desterritorialização perdem-se alguns elementos no decorrer das ameaças sofridas, pois mudam-se as estratégias ao longo do percurso. E com a reterritorialização, nem sempre bem-vinda, muitas das vezes forçada, os indígenas tentam reconstituir a perda do processo anterior. Entre esses processos, o empoderamento se requalifica. As perdas de terras em várias situações geraram conquistas de saberes estratégicos¹¹. Conquistas e retomadas aprimoram as lutas e multidimensões no âmbito político, cultural e ambiental.

¹⁰Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28).

¹¹Não se entende aqui como uma justificativa, ou ganho valoroso.

O resultado da coevolução sionatural é como a identidade, mas se insere na condição da natureza humana do índio. O índio é parte dessa natureza no contexto da tradição ancestral, mesmo sendo transfigurado o mundo ao seu redor.

Na construção espaço-tempo, ainda hoje se estabelecem, tanto nos índios aldeados como nos não aldeados, estratégias baseadas nos lugares de onde se fala e onde consolidam as suas moradias. É interessante esclarecer que a maioria dos não aldeados aprimoram o discurso de defesa ao território, tanto por necessidade do elemento legal e físico da territorialização, como das relações intrínsecas às territorialidades.

O lugar e a rede de lugares se configuram dentro e fora das aldeias como na construção do espaço-tempo. Nas associações, pode-se constatar que o processo de união entre os parentes consolida o lugar do ponto de vista “dos de dentro” e amplia para os que “estão de fora”. As várias aldeias, fora do contexto de origem, levam em si todo o modo de vida e a nomenclatura linguística da aldeia mãe.

As relações políticas estabelecidas nas comunidades e fora delas apresentam hoje uma articulação maior, mesmo diante das dificuldades. Muitos municípios já contam com vereadores ou prefeitos indígenas, determinando assim uma maior coesão de forças.

E, por último, o reconhecimento dos direitos através da luta contínua. Esclarecimentos sobre os direitos constitucionais estão sempre em pauta, gerando, muitas vezes, cobranças e debates acalorados. Numa outra avaliação de comparação de pontos comuns, pode-se ampliar o debate para os elementos sobre o “olhar de fora” (da sociedade moderna), que são:

- a) valorização do capital;
- b) redes e fluxos;
- c) a geopolítica;
- d) desigualdades;
- e) compartimentação e uso político do espaço.

A valorização do capital tem uma de suas dimensões a direta relação com o uso dos recursos da terra. Sendo a terra para o cultivo tradicional e alimentação na aldeia, não se tem diretamente a relação com o capital. Sobre a economia solidária, existem poucos exemplos que estão relacionados com o capital social, como nas perspectivas turísticas.

As redes e fluxos estabelecidos estão associados às dinâmicas dos conhecimentos pautados na academia e nos saberes das comunidades. Essa condição de intercâmbio vem se estreitando em algumas comunidades. O contingente

de projetos que viabilizam as tecnologias sociais, vem ampliando e contextualizando uma nova realidade no processo de confiabilidade entre os atores “de dentro” e “de fora”.

A geopolítica se enquadra nas relações mais difíceis entre os atores, pois está diretamente voltada para a terra. O território, na condição do índio, em sua concepção ancestral não está voltado para a iniciativa do capital, da especulação e da propriedade privada estabelecida no mundo moderno. O uso comum ainda é a tônica da sociedade indígena.

As desigualdades gritantes, nos atores “de dentro” e “de fora”, podem levar algumas dezenas ou centenas de anos para serem amenizadas, enquanto não houver o conhecimento e o desvelamento das culturas entre si. As invisibilidades culturais que protegem em suas próprias ações, também separam e segregam frente ao olhar do outro.

A compartimentação e uso político do espaço não difere do último elemento discutido. O processo de aceitação das discrepâncias e o de incorporação do outro, poderão consolidar políticas públicas capazes de assistirem e contemplarem as diferenças, tornando-se partes das condições para o entendimento e possibilidades de parcimônia.

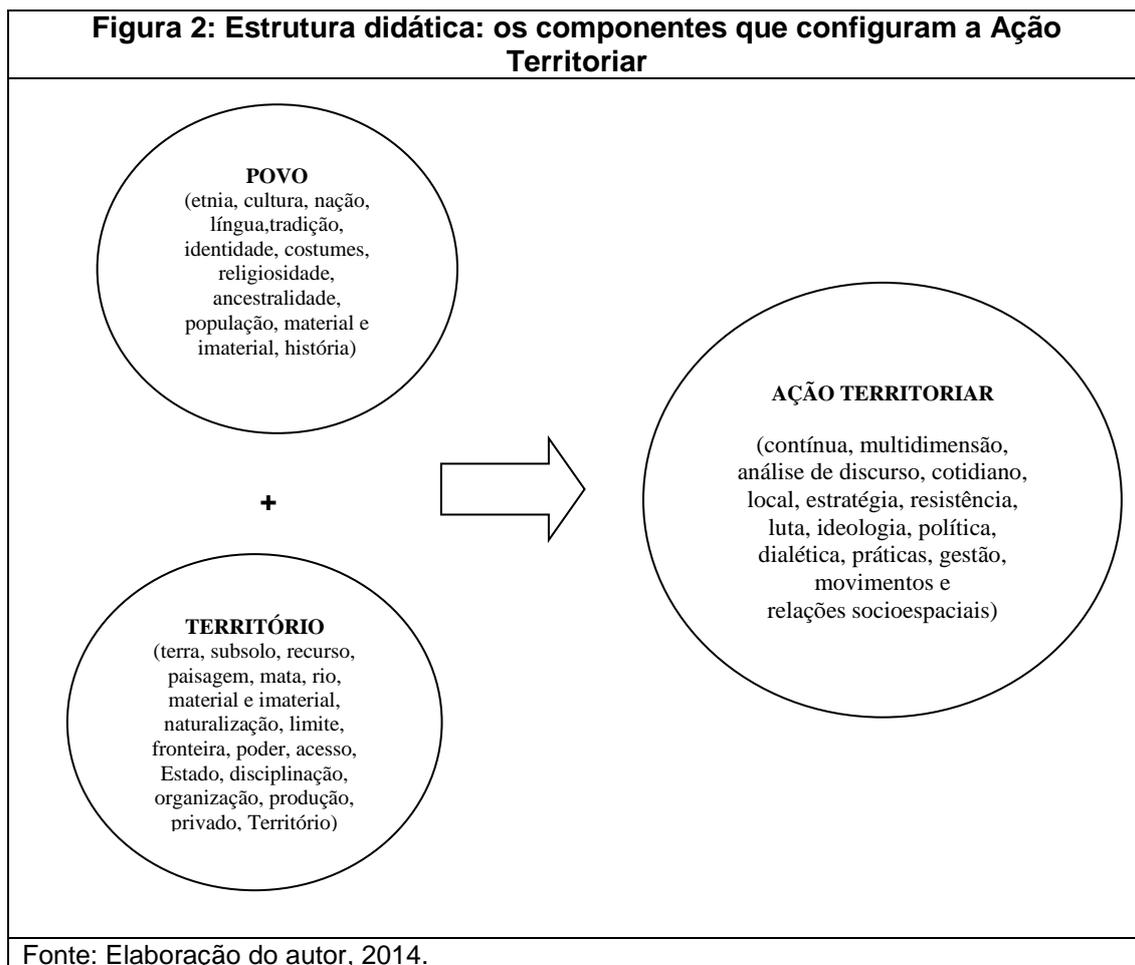
Diante dessa estruturação, ainda “engessada nos olhares ideológicos”, torna-se importante destacar algumas práticas de vida cotidiana desses povos, desmistificando entraves relacionais sobre o espaço territorial e suas conexões.

Dentro de uma estrutura didática,¹² os componentes que configuram a Ação Territorial são interdependentes no processo. A necessidade de se estabelecer estratégias de luta e resistência e usar as multidimensões no espaço ficam então a critério dos atores envolvidos no contexto do lugar¹³.

A estrutura didática, a seguir (Figura 2), apresenta componentes da Ação Territorial. Essa estrutura didática não engessa os vocábulos e sim busca ampliar outras leituras de compreensão de como a Ação Territorial se constitui. Como na realidade contínua, no cotidiano do povo Xakriabá, esses vocábulos apresentam as relações e discursos, muitas vezes implícitos aos que estão fora da luta de resistência e principalmente para o Estado.

¹² Estrutura didática como referencial teórico de compreensão dos principais componentes da Ação Territorial.

¹³ É importante destacar que a ação territorial pode conter outros atores em outros lugares, com outras estratégias, socioespaciais de multidimensões.



A consolidação da estrutura didática apresentada é o resultado dos elementos constados e das análises da pesquisa, tanto empírica quanto bibliográfica. A tríade “povo - território - ação territorial” se apresenta em suas relações e dinâmicas teóricas e práticas. Na proposta de somar os elementos do povo com os do território e apresentá-las como resultado, a Ação Territorial é, antes de tudo, desenvolver o intercâmbio nas relações de cada uma das partes. As dialéticas presentes nos discursos “envolventes” podem estabelecer constituições diferentes de Ação Territorial, não deixando, assim, de ser efetivada uma outra ação com outro grupo social em seus processos históricos próprios e suas relações. São fundantes os elementos: ações contínuas, multidimensões e análise de discurso, apresentadas na estrutura didática.

As relações entre o Estado, que deseja implementar o índio em uma terra indígena, ainda se revelam distantes da realidade do Território Indígena pleiteado. Apesar das realizações das políticas públicas, desde a Constituição de 1988, muito se debate entre a legalidade e o direito. A Ação Territorial se enquadra em uma categoria de cunho geográfico, que abarca outras ciências humanas, na tentativa de (re)conhecer e ampliar as diversas possibilidades de multidimensões de

territorialidades socioespacial.

O sujeito/agente que luta com estratégias contínuas efetua a Ação Territorial em suas multidimensões. Os discursos se transformam em práticas fundantes de empoderamento na vida cotidiana, proporcionando a “sensação de liberdade” de seu auto-reconhecimento identitário, na cosmovisão de suas ancestralidades no território indígena que se deseja.

Ação Territorial: considerações finais

Com os subsídios das multidimensões e de suas relações no território dos Xakriabá, torna-se esclarecedor e pertinente revelar as principais ações no território que são constituídas enquanto conflitos.

Essas ações, em primeiro lugar, são os conflitos em movimentos da práxis, identificados no cotidiano desse povo. São ações contínuas traduzidas a partir da emancipação do Toré enquanto etnogênese na proposta de identificação e reconhecimento sociocultural, identitário, e principalmente do território. Dos principais conflitos, dois dão destaque na configuração do movimento da práxis: a falta de acesso ao rio São Francisco, pois o território homologado não conecta com esse recurso hídrico; e a sobreposição de territórios em seus limites com municípios e unidade de conservação.

O discurso como movimento da teoria revela-se e identifica-se com a principal análise que constitui o discurso em si, tanto fora quanto dentro do território. Os atores que lutam e resistem pela posse das terras estabelecem relações no campo do poder a partir dos espaços nas Audiências Públicas, por exemplo. Os relatos e narrativas são voltados para o debate da qualidade de vida, relações fundiárias, violência contra os indígenas, reclamações dos fazendeiros, assistência indigenista e acordos entre o Estado e os moradores. Assim, a Ação Territorial compreende-se na análise no contexto histórico da luta, na resistência através dos vários discursos do território.

Diante das abordagens teóricas reflexivas e as constituições de experiências em campo que proporcionaram a movimentação teórica proposta, afirma-se o estudo e investigação da constituição da Ação Territorial. As multidimensões do território se configuram nessa Ação Territorial dos Xakriabá. A verificação e assimilação das relações entre o Estado e o índio/indígena ficam claras na condição do mesmo em poder movimentar a teoria em seus diálogos e estratégias de luta e resistência. A concretização de um território ideal e/ou utópico, tanto para o Estado quanto para os índios/indígenas, passa pelas atribuições e movimentos das relações entre o povo, o

território e a Ação Territorial que se concretiza a partir do estudo.

Considerando a densidade de elementos e rigores de propostas não se pode deixar de elencar as várias possibilidades de se encontrar um resultado plausível. Na construção de uma constante tentativa de usos assertivos, a perspectiva humana se engendra com as condições empíricas e literárias. As teorias e as práticas revelam nas ações humanas muitas outras análises profundas, que escaparam de uma proposta artificialmente planejada. Nessa condição, ressaltam-se os principais pontos comprobatórios desse estudo.

A categoria território na ciência geográfica ainda permanece aberta e amplia a visão polissêmica de significados e significantes, seja através dos discursos ou das ações práticas. Tanto o marco legal quanto o marco conceitual da categoria geográfica território possui ampla abordagem e possibilita práticas efetivas. A relevância da abordagem em “geografia e gestão do território”, em suas constituições epistemológicas, amplia o debate das territorialidades e suas multidimensões.

As várias facetas oferecidas pelas ações do mundo moderno frente às tradições ancestrais ainda podem gerar novas pesquisas geográficas, tendo o território como categoria que ainda muito se pode explorar. As futuras relações entre o Estado e as comunidades tradicionais, e povos originários, podem ainda gerar outras políticas públicas, que serão fruto de indagações e resistências contínuas. As relações entre as objetividades conceituais e as subjetividades vividas ainda serão um “novelo de algodão”, que deverá ser “desenrolado” para tecer novas “teias” no contexto social, político, ambiental, acadêmico, histórico, antropológico, jurídico e geográfico.

Outras possíveis metodologias serão desenvolvidas na condição de poder solucionar novas propostas de territórios. A contribuição da Ação Territorial é mais uma “condição de possibilidades” que se enquadra no momento dos processos históricos relevantes entre as práticas teóricas e sociais. Novas realidades serão expostas, como problemas entre pessoas, coletividades, os seus direitos e deveres frente à capacidade ou não do Estado e/ou outras iniciativas propostas como solução.

Para além das práticas discursivas e sociais, e até mesmo da Ação Territorial se fundamentar na legitimação de outros estudos, o espaço e o tempo poderão somar junto às populações outras frentes de estudos complementares ou mesmo inovadores.

Nem sempre o anseio das comunidades e dos “juristas” do Estado estarão em caminhos convergentes. As divergências em reconhecimentos, legalizações, ética e moral ampliam em dimensões à liberdade de conquistas de territórios melhores.

A Ação Territorial faz parte da dinâmica do próprio território. Muitas vezes a “máscara social” da realidade objetiva esconde os principais elementos que se tornam um simulacro para os estudos acadêmicos. Porém, é importante destacar que esse

caráter, que também se faz enquanto simulação, é uma absoluta verdade para o olhar tanto dos “de dentro” quanto para os “de fora”.

A relação de aproximação entre a pesquisa, o pesquisado e o pesquisador que sofre “intempéries”, não se deve furtar aos elementos que por hora obscurecem e revelam a luz do saber para ambos os envolvidos no estudo.

Diante das dificuldades interpretativas e de análises que não foram supridas nas leituras bibliográficas, pode-se verificar em campo as conjunturas vivenciadas.

Em resposta a sociedade Xakriabá, o estudo traça mais um capítulo temporal do início do século XXI. Trata-se de uma contribuição sólida, de caráter social que também sofrerá ações críticas do discurso evidenciado. No tempo e no espaço; simplesmente construímos.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

BAETA, Alenice (Org.). **XAKRIABÁ, Professores indígenas**. Valorizando o patrimônio cultural Xakriabá. Documentar para preservar – Segunda Turma Xakriabá do Curso de Formação dos Professores Indígenas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: dez.2012.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n°.17, p. 19- 46,2007.

Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acessado em: dez. 2013.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET,

Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.95-120.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação na natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2009. p.271-290.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Minuendaju** – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012.
Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>._ Acesso em: 15 dez. 2012.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Gurani-Mbya: significado, constituição e uso**. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. A identificação como categoria histórica. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, HENYO TRINDADE (Orgs.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IEB, 2005.p.29-73.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Anuário Antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2004. p. 251-290.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – LACED, 2006. 227 p. (Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura–UNESCO.
Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>.
Acesso em: abril. 2012.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **RATZEL: Geografia**. Tradução de Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOVIMENTO Catrumano: O Norte de Minas como Berço de Minas Gerais– Universidade Estadual de Montes Claros – Associação dos Municípios da área Mineira da SUDENE – Prefeitura Municipal de Montes Claros. Imprensa Universitária –

Unimontes, Janeiro de 2006. (Cartilha)

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, José Nunes; OLIVEIRA, Domingos N. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte:SEE-MG/MEC, 1997.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista-Discurso do Confronto**: Velho e novo mundo. 2ª. Ed.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 222.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Laudo Antropológico-Identidade Étnica dos Xakriabá**. UFBA, 1987.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão-O Cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005-a. v. I e II.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Xakriabá: Identidade e História – Relatório de Pesquisa – 167**. UNB – Brasília, 1994.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um Estudo sobre a construção social de fronteiras.1997.Dissertação(Mestrado em Antropologia Social) – UNB, Brasília, 1997.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2010. 433fls.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Cássio Alexandre da. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais**: a ação territorialar dos Xakriabá. 2014. 267 fls. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia. 2014.

SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos**: os Xerentes, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2006.

Sobre o autor

Cássio Alexandre da Silva – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU ; possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (1995); é especialista em Geografia Regional do Brasil e Minas Gerais-UNIMONTES (1997) e em Turismo e Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas Pitágoras Claros-FIP/MOC (2003); mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (2007). É docente da

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES no Departamento de Geociências. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Desenvolvimento Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Cultural, Território, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, Relações entre o Urbano e o Rural e Turismo. Atualmente é Coordenador Adjunto e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo- Unimontes. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1686-1457>

Como citar este artigo

SILVA, C. A. A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Kakriabá. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 284-3020, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 26 de setembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 01 de outubro de 2019.
